

NESTE NUMERO

PRESIDENTE DO CFC VISITOU SANTA CATARINA	1
SANTA CATARINA NO CONGRESSO DE HISTORIA DA INDEPENDÊNCIA	2
EM FLORIANOPOLIS A III MOSTRA MUSEOLOGICA BRASILEIRA	2
I SALÃO DE ARTES PLASTICAS DA ILHA DE S.C.	3
EXPOSIÇÃO EM JOINVILLE	5
DIRETOR DO MASC NA PRE-BIENAL	5
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PROFISSIONAL EM CRICIUMA	5
ACADEMIA DE LETRAS PEDE QUE PREFEITURAS PUBLIQUEM LIVROS	6
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL EM SANTA CATARINA	7
ALMIRANTE LAMEGO	14
FREI BRUNO	17

Iturais - notícias culturais - notícia

editado pelo departamento de cultura da secretaria do governo do estado de santa catarina

PRESIDENTE DO CFC VISITOU SANTA CATARINA

O prof. Artur Cezar Ferreira dos Reis, presidente do Conselho Federal de Cultura, visitou Santa Catarina a 25 e 26 de agosto passado, atendendo convite do Governo do Estado.

Em Florianópolis o prof. Artur Reis foi recepcionado pelo Secretário Orlando Bertoli, do Governo; Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Pe. João Alfredo Rohr; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Victor Peluso Junior; Diretor do Departamento de Cultura do Estado, Carlos Humberto Correa e Nereu Correa, Vice-Presidente da Academia Catarinense de Letras.

Após a sua chegada a esta Capital o Sr. Artur Reis foi recebido em audiência pelo Governador Colombo Machado Salles.

Conferência

Na noite de 25 de agosto o presidente do Conselho Federal de Cultura proferiu uma conferência no auditório da antiga Faculdade de Ciências Econômicas quando abordou diversos aspectos da cultura brasileira e ressaltou as dificuldades do desenvolvimento de uma política cultural no País face a inexistência de verbas.

Antes da conferência o senhor Artur Reis foi saudado, pela Academia Catarinense de Letras, através da palavra do Acadêmico Holdemar de Menezes; Conselho Estadual de Cultura, pelo conselheiro Paulo Vieira da Rosa e Instituto Histórico, através do seu presidente Vitor Peluso Junior.

Biblioteca Pública e recursos

Durante a sua visita o prof. Artur Reis conheceu a Biblioteca Pública dos Estado, cujas instalações considerou precaríssimas embora o patrimônio valioso, segundo suas próprias declarações à imprensa.

No contato que manteve com o Secretário de Governo Orlando Bertoli, o presidente do CFC analisou a possibilidade de ser destinado um auxílio federal para a construção de um novo prédio para a Biblioteca Pública do Estado.

Abordando os recursos que o Govêrno destina à Cultura disse que os mesmos não são avantajados. Preconizou a necessidade de uma legislação brasileira que permita a todos os cidadãos contribuirem com os empreendimentos culturais assim como atualmente é feito com os empreendimentos econômicos através de incentivos fiscais.

SANTA CATARINA NO CONGRESSO DE HISTORIA DA INDEPENDÊNCIA

Indicado pelo Instituto Histórico e Geográfico, o historiador Osvaldo Rodrigues Cabral representou Santa Catarina no Congresso de História da Independência, instalado no Rio de Janeiro a 28 de agosto. O certame foi promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e teve o seu encerramento em S. Paulo a 6 do corrente.

EM FLORIANOPOLIS A III MOSTRA MUSEOLOGICA BRASILEIRA

Será em Florianópolis de 21 a 27 de outubro vindouro, a III MOSTRA MUSEOLOGICA BRASILEIRA. O conclave será promovido pelo Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e contará com a participação de museus de todo o Brasil. Durante a Mostra serão realizados debates e palestras sôbre museologia.

Esta promoção tem por objetivo dar maior divulgação às entidades museológicas e permitir que sejam conhecidos, mais amplamente, o número, a variedade e o trabalho que realizam os museus nacionais.

Participantes

A direção do Museu de Antropologia da UFSC está dirigindo convites a todos os museus do país para participar da exposição.

Os participantes deverão pedir inscrição até o dia 20 de setembro de modo a permitir que os organizadores reservem espaço para exposição, que entre outras peças deverá contar com fotos do prédio, de objetos e documentos, publicações, gráficos, mapas e todo material de divulgação.

As despesas decorrentes da participação são da responsabilidade de cada museu.

Palestras e Programa

As palestras que serão proferidas no decorrer do conclave deverão abordar os temas: MUSEU E COMUNIDADE, pela professora Jane B. Castro, do Museu de Rio Claro (S.P.) e MUSEU E UNIVERSIDADE a cargo do prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, do Museu da Arqueologia da Universidade de São Paulo.

O programa, ainda inclui: sessão de abertura com apresentação do Coral Universitário; apresentação de conjunto folclórico da ilha de Santa Catarina e indicação do local para a realização da IV Mostra Museológica Brasileira.

I SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

O Clube 12 de Agosto, dentro das comemorações do Centenário de sua fundação, realizou em Florianópolis o I Salão de Artes Plásticas da Ilha de Santa Catarina. A iniciativa atraiu artistas importantes de vários pontos do país e destacou-se pelo espírito de realização cultural no setor não oficial.

Com recursos próprios o Clube 12 distribuiu 14 prêmios aquisitivos no valor total de 33 mil cruzeiros.

O Juri que selecionou os trabalhos esteve composto dos críticos de arte do Rio, Walmir Ayala, Flavio Aquino e Jose Roberto Teixeira.

Premios

Todos os premios do certame foram conferidos por unanimidade.

O primeiro premio de pintura, no valor de Cr\$ 10 mil, coube a Silvio Pleticos, nascido na Iugoslávia e radicado em Florianópolis. O artista exercita uma técnica mista, bastante original, que consiste na pesquisa de transparências através de várias camadas de tinta e cera, trabalhadas com ranhuras (a gilete, navalha, canivete, bisturi, etc.). Apesar do grande hausto abstracionista informal desse artista, especialmente no quadro premiado, a maior parte de suas composições deixa assomar figuras, frequentemente peixes, articulando-se numa panorâmica surrealista. Trata-se, principalmente, de um artista maduro, pessoal e no momento exato de assumir posto importante no contexto nacional da arte contemporânea.

O segundo premio de pintura - Cr\$ 5 mil - foi conferido ao artista carioca João Carlos Galvão, por uma de suas progressões abstrato-geométricas de linhagem op. O terceiro premio contemplou um quadro de Taís Azambuja, gaúcha que utiliza a colagem de estampa-ria para criar uma estranha zoologia, figura humana e mesmo composições abstratas. O quarto premio, dividido em quatro aquisições de Cr\$ 1,5 mil, foi atribuído ao artista catarinense Antonio Mir, por monumentais relevos de madeira, nos quais explora os tons naturais do cerne da madeira; a Rodrigo de Haro, catarinense, com suas figurações fantásticas; ao pintor gaúcho Plínio Cesar Bernhardt, com suas interpretações emblemáticas, e a Marília Kranz, pintora carioca, com os relevos de madeira pintados, através dos quais pesquisou novas possibilidades da forma no espaço.

Entre as gravuras o primeiro premio coube a Vanda Pinheiro

Dias, Cr\$ 4 mil. Os demais trabalhos classificados pertencem a Vera Chaves Barcelos, 2º lugar - Cr\$ 2 mil; Wilma Martins, 3º lugar - Cr\$ 1 mil; o quarto premio foi dividido entre José Altino de Lemos Coutinho, Carmem Bardy e Ana Maria Marcolino.

EXPOSIÇÃO EM JOINVILLE

O Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Joinville e a Escola de Artes "Fritz Alt", promoveram naquela cidade uma exposição de pintura do artista catarinense Aloisio Carlos Silveira de Souza. A mostra, ficou aberta de 11 a 23 de agosto, atraindo um bom público.

DIRETOR DO MASC NA PRE-BIENAL

A convite da Fundação da Bienal, esteve em S. Paulo para participar da abertura da Pre-Bienal, no último dia 28 de agosto, o prof. Aldo Nunes, Diretor do Museu de Arte de Santa Catarina.

Em comemoração a Independência, a Pré-Bienal deste ano foi transformada em Mostra de Artes do Sesquicentenário e Brasil Plástica 72.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PROFISSIONAL EM CRICIUMA

Um dos primeiros cursos de Especialização Profissional realizado no interior do País, foi encerrado no último dia 21 de agosto na cidade de Criciúma.

O curso foi realizado em colaboração entre o DNER e a Fundação Universitária de Criciúma. As aulas foram ministradas pelo dr. Paulo Rene Esteves Diniz, diretor do Instituto de Pesquisas Rodoviárias do DNER, teve a duração de duas semanas e contou com 50 participantes divididos em duas turmas.

ACADEMIA DE LETRAS PEDE QUE
PREFEITURAS PUBLIQUEM LIVROS

Atendendo a proposição do acadêmico Theobaldo Costa Jamundá a Academia Catarinense de Letras enviou sugestão às prefeituras dos municípios mais desenvolvidos do Estado, para que façam incluir dotações específicas, no Orçamento para 1973, destinadas a publicação de livros.

Na proposta que apresentou na sessão de 10 de agosto o acadêmico apresentou como justificativa a comemoração do "Ano Internacional do Livro" e a passagem dos "Quatrocentos anos dos Luzia-das".

SECRETARIO DE GOVÊRNO: ORLANDO BERTOLI / DEPARTAMENTO DE CULTURA -
DIRETOR: CARLOS HUMBERTO CORRÊA / DIVISÃO DE CIÊNCIAS - DIRETOR:
JALI MEIRINHO / DIVISÃO DE LETRAS - DIRETOR: THEOBALDO COSTA JA-
MUNDÁ / DIVISÃO DE ARTES - DIRETOR: AUGUSTO N. DE SOUZA.

NOTÍCIAS CULTURAIS - Boletim organizado pelo Serviço de Comunica-
ção da DIVISÃO DE CIÊNCIAS DO DEPARTAMENTO
DE CULTURA DO ESTADO.

Para a reprodução da matéria aqui publicada,
inclusive gravuras, pede-se o obséquo de in-
dicar a fonte.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL EM SANTA CATARINA

CRONOLOGIA

(final)

A aclamação do Imperador Constitucional do Brasil, a 12 de outubro de 1822 pode ser considerado como o acontecimento que complementou o episódio da Independência. Registrando este e outros fatos correlatos, da vida da Província, encerramos aqui esta cronologia iniciada, no nº 31 de NOTÍCIAS CULTURAIS, sobre os principais eventos relacionados com a participação de Santa Catarina na história da emancipação do País.

1º DE OUTUBRO DE 1822 - Os preparativos, para a adesão oficial da Província de Santa Catarina à Independência, estão sendo coordenados pela Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro. A oficialização será no próximo dia 12 com a aclamação de D. Pedro. Será o mais importante acontecimento dos quantos já se teve notícia por aqui. O Juiz de Fora e Presidente da Câmara, Francisco José Nunes, providencia os convites às autoridades, clero, militares e povo. Dado de 1º de outubro de 1822, é o ofício que o Presidente da Câmara dirige ao Presidente e demais membros da Junta de Governo Provisório da Província. São estes os termos: "A Câmara desta Vila me incumba de transmitir a V. Excia. cópia inclusa do ofício dirigido a esta pela do Rio de Janeiro; e de rogar a V. Excia. queira não só fazer-nos a honra de solenizar mais o ato do dia 12 do corrente com a sua nos Paços do Conselho, como de dispor e convocar toda a Tropa e empregar todos os meios possíveis, que a decidida adesão de

V. Excia. à Sagrada Causa do Brasil lhe sugerir, a fim de que tão importante Ato seja realizado com energia, entusiasmo, ostentação e brilho que exige objeto de tanta grandeza".

2 DE OUTUBRO DE 1822 - Permanece na vila do Desterro o tenente coronel Alexandre José Tinoco, enviado do Rio de Janeiro, com as instruções às autoridades locais sôbre as providências a tomar na hora presente. Talvez viesse com a missão de "convencer" a tropa para apoiar a Independência, o que foi desnecessário.

8 DE OUTUBRO DE 1822 - Na vila de São Francisco do Sul, a Câmara continua preocupada com as fortificações e os recursos para cumprir as determinações neste sentido. Os vereadores realizam reunião e dirigem à Junta de Governo Provisório da Província o seguinte ofício: "Havendo esta Câmara recebido ofício de VV.SS. de 22 de agosto próximo passado relativo a reedificação da casa da Guarda de Araquari e de duas canoas para as paradas, de muito boa vontade mandaria a mesma Câmara fazer tudo, se tivesse o Conselho dinheiro suficiente, mas apenas há para as despesas indispensáveis, de conservação e tendo por outra parte em vista os Provimentos do respectivo Corregedor da Comarca para não ir contra eles em casos tais, participou ao mesmo Ministro a ordem de VV.SS. que benigno ordena a Câmara que havendo dinheiro no Conselho fizesse tudo que VV.SS. se servirão ordenar, porém tem, como já disse, o que apenas chega para o fim do ano acabar a receita com a despesa, mas apesar de tudo mandamos reedificar a casa da Guarda e esperamos pela conta da despesa para ser paga; e sôbre as canoas hajão VV.SS. de mandar providências por outro modo que por bem entenderem ficando esta Câmara pronta para cumprir fielmente tudo quanto VV.SS. ordenarem". Assinam o ofício o presidente Jácinto Fernan-

des Dias e, mais, Antonio Eugenio de Miranda Tavares, Antonio de Barros Lima, Antonio José Silveira, José Francisco Pereira e Agostinho de Souza Lima.

9 DE OUTUBRO DE 1822 - Do Rio, José Bonifácio responde a carta que os desterrenses haviam dirigido a D.Pedro, à 12 de setembro passado, manifestando o apoio desta vila aos últimos atos do Regente. Diz o Ministro que D.Pedro não duvidava de que os catarinenses haveriam de ajudar com todas as forças para o aditamento e conclusão da causa grandiosa da Liberdade e Independência do Brasil.

11 DE OUTUBRO DE 1822 - Toda a vila está engalanada para o grande acontecimento. Ao anoitecer as fortalezas fazem salvas.

12 DE OUTUBRO DE 1822 - No Desterro, em São Francisco, na Laguna e em Lages, autoridades, clero, tropa e povo reúnem-se para a solene aclamação.

Na vila de Nossa Senhora do Desterro, cedinho, as fortalezas fizeram ribombar os canhões. Pelas nove horas a tropa estava alinhada defronte a casa da Câmara. O povo na praça. No interior da Câmara os homens do Governo, oficiais, clero e figuras representativas. Coube ao Juiz de Fora e Presidente da edilidade presidir a sessão de Aclamação. Francisco José Nunes deu os vivas a que fizeram coro os presentes, tropa e povo. Os vivas, segundo as instruções saídas do Rio de Janeiro, para todas as Câmaras, foram os seguintes: "Viva a Nossa Santa Religião!" "Viva a Independência do Brasil!" "Viva o Imperador Constitucional do Brasil Senhor D.Pedro I!" "Viva a Imperatriz do Brasil e a dinastia de Bragança imperante no Brasil!" Viva o povo Constitucional do Brasil!"

Em seguida um grupo da tropa fez descargas de mosquetão. Após este ato foi proferido um juramento em que as autoridades

des prometeram cumprir e guardar o que haviam repetido em vivas. Tomou o juramento o padre Joaquim de Sant'Ana Campos, que também era membro do Governo Provisório. Encerrada a solenidade na Câmara todos se dirigiram à Matriz onde o padre Caetano de Araujo Figueiredo de Mendonça Furtado, celebrou "Te Deum".

A Ata da sessão de Aclamação de D. Pedro I procedida pela Câmara do Desterro foi redigida nos mesmos termos em que foram os demais em todo o Brasil. Naturalmente o Rio de Janeiro providenciara um modelo, com os devidos claros para o preenchimento com o nome da vila e das autoridades locais.

O documento lavrado aqui, no dia 12 de outubro de 1822, em seu trecho mais importante diz: "foi dito unanimemente pela Câmara, Governo desta Província, Eclesiásticos, Tropa e mais Cidadãos de todas as mais diversas classes que sendo evidentemente reconhecido que o Congresso de Portugal só tem tido em vistas recolonizar e escravizar o Reino do Brasil, havendo em sustentação deste seu tirânico sistema feito já derramar o sangue brasileiro, tentando roubar-nos o único apoio de nossas esperanças, insistindo iniquamente, apesar da opinião do Brasil que lhe tem sido repetidas vezes expressada e que simuladamente trata de facciosa em mandar expedições contra o mesmo, manifestando assim por uma maneira inaudita ânimo hostil, e exigindo que as Nações amigas não consentissem a importação de armas e petrechos de guerra, privando-o até dos meios da sua natural defesa, que lhe não pode ser tolhida; e considerando por outra parte que El-Rei o Senhor D. João VI se acha física e moralmente impossibilitado de prestar-nos sua proteção e auxílio pelo estado de cativo a que o mesmo Congresso o tem reduzido, e que já foi necessário que o Brasil conferisse ao Príncipe Regente o Sr. Pedro de Alcântara o título de Defensor Perpétuo, que o mesmo Augusto Senhor houve por bem aceitar e convencidos de que já agora não é possível conservar uma união fraternal

entre este Reino e Portugal pelo abuso que este tem feito da sinceridade do Brasil, queriam declarar, como de fato declararam perante a Terra e perante todas as Nações do Mundo, a sua Independência pela qual queriam jurar e protestavam fazer todos os sacrifícios possíveis, até dar a última gota do sangue e considerando-se de ora em diante nação livre e independente; e certos de que a vastidão, riquezas e fontes de prosperidade deste grande e abençoado país o constituem um grande Império Respeitável. Aclamavam unanimemente todo o dito Povo e Tropa, por Imperador Constitucional do Brasil o Sr. Dom Pedro I, que até agora fora o seu Regente e Perpétuo defensor, porque reconhecem além do Direito adquirido a este Trono os que lhe provém das suas excelsas virtudes, heroicos feitos a bem da salvação da Sagrada Causa deste Império, devendo contudo o mesmo Senhor prestar previamente juramento solene de jurar guardar, manter e defender a Constituição política que fizer a Assembléia Geral Constituinte do Brasil".

A Província de Santa Catarina reconhecia a legitimidade do ato emancipador e protestava fidelidade ao Imperador e a Nação.

No Rio de Janeiro neste mesmo dia D. Pedro fazia o pronunciamento que inserido na Ata da Câmara daquela cidade, ficou como sendo o único documento escrito registrando a emancipação. No principal trecho do discurso disse o Príncipe: "ACEITO O TITULO DE IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL, PORQUE, TENDO OUVIDO O MEU CONSELHO DE ESTADO E DE PROCURADORES GERAIS DAS DIFERENTES PROVINCIAS, ESTOU INTIMAMENTE CONVENCIDO DE QUE TAL É A VONTADE GERAL DE TODAS AS OUTRAS, QUE SÓ POR FALTA DE TEMPO NÃO TEM AINDA CHEGADO" (8).

O 12 de outubro de 1822 ficou na História, da Nação brasileira e da Província catarinense, como a data que complementou o 7 de setembro. Assinala a adesão ao gesto do Ipiranga e simbolisa a aspiração popular em torno da formação da nova Pátria.

Vários documentos datados deste mes dão conta do entusiasmo dos "barriga-verde" diante da emancipação nacional. No dia 17 os vereadores comunicam a Secretaria de Estado a Aclamação de D. Pedro, aqui. A 20, por iniciativa da Câmara da vila do Desterro foi celebrada Missa Solene dando graças ao Altíssimo. Na mesma tarde foi realizada uma procissão.

De como os catarinenses comemoraram a Independência um relato insuspeito foi o da expedição francesa chefiada por Duperrey e da qual faziam parte o oficial Dumont D'Urville e o naturalista Lesson. Chegando aqui a 16 de outubro e permanecendo até o dia 30 observaram e descreveram os costumes da época e os festejos populares alusivos a proclamação da Independência. A narrativa faz referência a São Francisco do Sul, São Miguel, Desterro e Laguna. Segundo Duperrey, nestes dias de outubro o povo cantava nas ruas e dava vivas a D. Pedro. E friza: "Cheios de confiança em seus desígnios, os numerosos partidários da Independência estavam inspirados de um entusiasmo, cuja expansão era tanto mais ruidosa, quanto seu espírito ardente fora por longo tempo comprimido".

As autoridades locais defendiam o novo regime. Por isso, baixaram determinação anunciando a deportação dos portugueses que, até o dia 12 de novembro, não se declarassem a favor da Independência.

No braço todos levavam uma faixa verde e amarela com dizeres "Independência ou Morte". Esta era também a saudação com que os tripulantes da "Coquille" eram recebidos pelos oficiais brasileiros, sempre que desciam à terra, na fortaleza de Anhatomirim.

Em novembro, o membro da Junta Governativa capitão João Biten court Machado foi designado para ir ao Rio de Janeiro levar, pessoalmente, a saudação da Província a D. Pedro I.

A participação dos catarinenses no episódio da Independência foi, assim, pacífica e entusiástica. Desde a primeira hora a Província aderiu lealmente à causa nacional, contribuindo, com o que lhe era facultado àquele tempo, para a consolidação do ideal de liberdade e a formação de uma nova Pátria.

NOTA

- 8 - VIANA, Helio - D. Pedro I e D. Pedro II, Acréscimo às suas biografias - Col. Brasiliana, Vol. 330 - Cia. Editora Nacional - S. Paulo, 1966.

39

ALMIRANTE LAMEGO

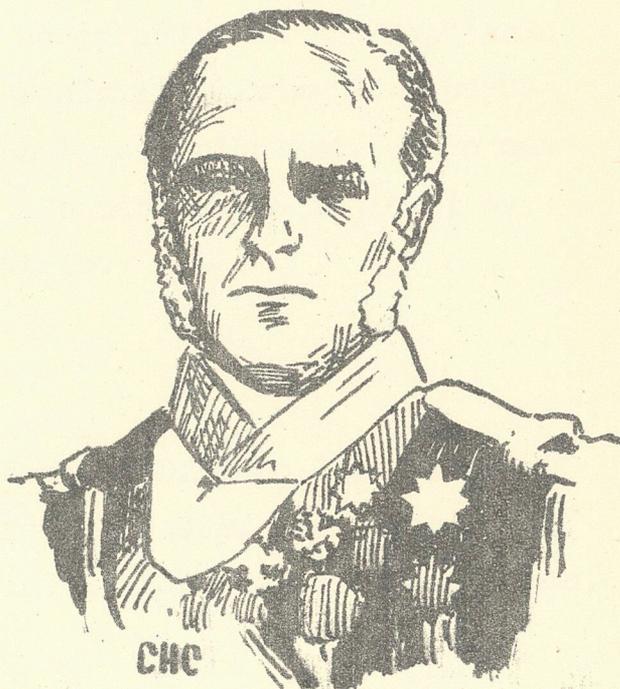
Jesuino Lamego da Costa - o Barão da Laguna - foi o mais jovem catarinense a alcançar o oficialato na nossa Marinha de Guerra e o primeiro a receber o título de Almirante. Aos quinze anos participou da Campanha Cisplatina a bordo do "Rio da Prata", sob o comando do seu irmão José, quando recebeu a patente de 2º tenente. Em 1856, aos 45 anos, recebeu os bordados de oficial general da Marinha.

Filho de Nicolao José Lamego da Costa e de Joaquina Antonia de Jesus da Costa, Jesuino nasceu, aos 13 de setembro de 1811, na localidade de Lorangeiras, na Laguna. Desde cedo participou das lidas marítimas, junto com seu pai e os irmãos, realizando sucessivas viagens da Laguna para o Desterro, Rio de Janeiro e Montevideo. Assim fez a sua aprendizagem de marinheiro.

Quando, em 1825, surge a Questão Cisplatina, do porto do Desterro embarca para o sul um jovem de 15 anos incompletos. Jesuino vai servir, sob o comando de seu irmão o tenente José Lamego da Costa, na qualidade de voluntário, a bordo do brigue "Rio da Prata" então em missão de bloqueio aos portos uruguaios. Na ação revela o seu heroísmo e em dezembro do ano seguinte é nomeado 2º Tenente. Depois de quatro anos, de participação em sucessivos combates, ao lado de seus irmãos José e Firmino, Jesuino segue, em maio de 1829, para o Rio de Janeiro, onde foi prestar exames para obter a carta de piloto. Em julho de 1830 recebe o seu primeiro comando, o da corveta "D. Amélia".

As agitações internas que tomaram conta do País após a Abdicação, exigiram permanente vigilância do governo central, para evitar a fragmentação do território brasileiro. Desta vigília participou Lamego da Costa, indo em 1833 para o norte onde, por quase dez anos, lutou pela pacificação do Maranhão e do Pará. Por estes serviços em 1842 foi elevado ao 1º Quadro da Armada.

A experiência de longos anos no mar fizeram com que a Marinha Mercante atraísse para seus quadros o então Capitão-Tenente Lamego da Costa. Na "Cia. Brasileira de Paquetes a Vapor" foi comandar o paquete "Imperador". Em 1845, sendo este vapor fretado pelo governo, foi o mesmo incorporado à Esquadra que conduziu D. Pedro II e sua comitiva, em visita às Províncias do Sul.



Em 1849 voltou à Marinha de Guerra, no posto de Capitão de Fragata assumindo o comando do vapor "D.Afonso". Com este barco voltou ao rio da Prata na luta contra Oribe e Rosas. Em 1852 foi promovido a Capitão de Mar e Guerra. Em agosto foi nomeado Comandante da Divisão do Rio da Prata, posto que deixou dois anos depois quando seguiu para o Rio de Janeiro onde assumiu o comando da Estação Naval. Em 1855 foi agraciado com a comenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. No ano seguinte recebia a patente de Almirante.

Em 1857, Lamego da Costa foi chamado a participar da política catarinenses. Neste ano foi eleito suplente de Jerônimo Coelho, na Câmara. Em 1860, quando a Província passou a ter dois representantes, foi um dos fundadores do Partido Progressista, resultado de entendimento entre a ala liberal, que representava, e a ala conservadora do comendador João Pinto da Luz. Deste acordo resultou a sua eleição, juntamente com Francisco Carlos da Luz, à Câmara Geral, para o mandato que foi até 64.

Declarada a Guerra do Paraguai, o Almirante Lamego passou a chefiar o trabalho de construção e recuperação de navios no Arsenal Naval. Tão importante foi a sua atuação que, nos dois últimos anos de luta, o Brasil não mais precisou construir ou comprar uma só belonave. Sua dedicação ao esforço de guerra fez com que, em março de 1871, D. Pedro II o agraciasse com o título de Barão da Laguna. Era o 2º brasileiro a receber esse título. O primeiro Barão da Laguna foi o general Carlos Frederico Lecor.

Voltando à política em 1868 foi eleito novamente para a Câmara. No ano de 1872, com o falecimento de José da Silva Mafra, Lamego foi escolhido Senador, cujo mandato, então, era vitalício.

Mesmo Senador, ainda permaneceu na Marinha até 1874, quando pediu reforma. Na atividade privada passou a ocupar uma diretoria da "Amazon Steam Navigation Company".

Buscando na vida prática a sua própria formação, Jesuino Lamego da Costa se destacou pela sua inteligência aliada à reputação de pouco polido mas muito probo. Aos títulos de Barão, Almirante e Senador, somam-se inúmeras condecorações de governos brasileiro e estrangeiros. Entre elas estão, a de Oficial da Ordem do Cruzeiro; Medalha de Ouro da Campanha do Prata; Dignatario da Ordem da Rosa; Comendador da Real Ordem Militar Portuguesa de N.S. de Vila Viçosa; Ordem de Carlos III, da Espanha; Oficial da Legião de Honra, da França; Comendador da Ordem Neerlandeza; Ordem Real de S. Estanislau, da Rússia e Gran Cruz da Ordem de São Bento de Aviz. Foi, ainda, viador de Sua Magestade a Imperatriz D. Tereza Cristina e provedor do Asilo de Santa Leopoldina, do Rio de Janeiro.

No comando da Estação Naval do Sul participou dos estudos que resultou da convenção fluvial, entre o Brasil e Argentina, para a navegação nos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, em 1857. Sobre o assunto escreveu uma memória que foi oferecida ao Imperador Pedro II. Em 1863 fez parte da comissão que, sob a presidência do Almirante Tamandaré, analisou e apresentou sugestões sobre novas táticas na guerra naval.

A 16 de fevereiro de 1886 faleceu o ilustre catarinense no Rio de Janeiro. Ao seu sepultamento, no dia seguinte, estiveram presentes todo o Ministério e as mais altas personalidades do Império. O enterro foi conduzido por um coche da casa imperial, por ordem de D. Pedro II. Na Capital catarinense, o presidente da Província Francisco José da Rocha decretou luto oficial e as embarcações surtas no porto conservaram bandeira a meia haste.

Até hoje seu nome é lembrado na terra catarinense. Na sua cidade natal o Conjunto Educacional "Almirante Lamego" é uma homenagem ao ilustre militar e político. Na Capital, o principal logradouro público, hoje Praça XV, de 1885 até a proclamação da República denominou-se "Barão da Laguna". Com a queda da Monarquia em 89, caiu o título nobliarquico, mas ficou a lembrança sendo dado o nome de Almirante Lamego à uma das principais ruas de Florianópolis.

(J.M.)

40

FREI BRUNO

Filho do casal Alfredo e Hilda Linden, Bruno Linden nasceu na cidade alemã de Düsseldorf aos 8 de setembro de 1876.

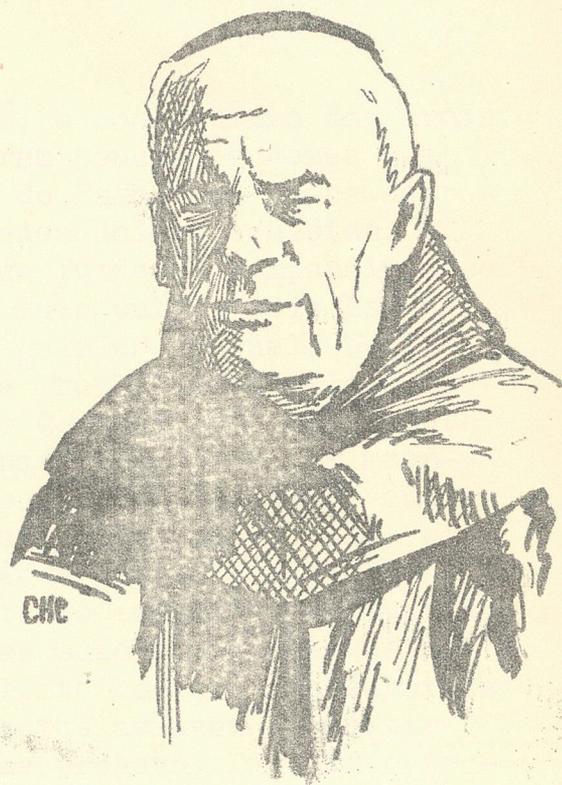
Frequentando a escola desde os 8 anos de idade, revelou-se um rapaz inquieto. Quando tomava uma atitude gostava de ir até o fim. Foi aos 14 anos, quando ficou vários meses imobilizado devido a

um acidente onde sofreu fratura de costelas, que conheceu a vida de São Francisco de Assis. Refeito do acidente voltou aos estudos com o desejo de ajudar o próximo. Aos 15 anos decidiu ingressar na ordem dos franciscanos para ser missionário. Com este propósito despediu-se da família e veio para o Brasil iniciando o noviciado no Seminário dos Franciscanos em Salvador da Bahia.

A 10 de maio de 1901, ordenado sacerdote, foi completar seus estudos no Seminário de Petrópolis. Neste tempo Frei Bruno fazia indagações. Buscava onde melhor cumprir os princípios da congregação que abraçara. Optou pela área de colonização do sul do País. Em 1903 veio para Santa Catarina, para a paróquia de Gaspar, depois esteve em São José e, posteriormente, foi designado para o Rio Grande do Sul. Nas andanças pelo interior o jovem frade tomou contato direto com populações despojadas de qualquer espécie de assistência. Os professores eram escassos, os médicos inexistentes, os padres só de tempos em tempos é que apareciam em uma capela.

Em 1926 Frei Bruno foi designado para servir no convento de noviciado dos franciscanos, em Rodeio. Ali permaneceu por vinte anos e cumpriu importante papel em favor do desenvolvimento da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Esta ordem religiosa, fundada em Rodeio, sob a inspiração da religiosa irmã Clemencia, estava dando seus primeiros passos. A princípio, percebendo que as limitações do interior poderiam frustrar a iniciativa, chegou mesmo a manifestar-se contrário a expansão do movimento.

Aos poucos foi compreendendo o papel que as catequistas poderiam desempenhar, como religiosas e como educadoras, junto às comunidades interioranas. Conheceu melhor o trabalho desenvolvido pelas irmãs já sob a liderança da Madre Maria Avosani. Recebeu orientação de D. Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo Metropolitano. Por todos estes



fatores abraçou a causa. Tornou-se, não só, o conselheiro das irmãs, mas, um entusiasta da Congregação. Não foram poucas as vezes que saiu de Rodeio e percorreu outras cidades do Estado em busca de recursos para superar as eventuais dificuldades das catequistas.

Passados mais de cinquenta anos de sua fundação, expandindo-se além de Santa Catarina, com suas casas em mais outros seis Estados, as catequistas tem no humilde frade o seu guia espiritual. No "Livro do Jubileu Aureo das Irmãs Catequistas Franciscanas" elas fizeram este registro: "Frei Bruno, no coração de cada Irmã Catequista Franciscaha, eleva-se um monumento a perenizar teu nome nos meandros da história. Do alto, onde contemplas o nosso trabalho, anima, alenta, guia e protege a congregação. Conserva em paz e unida e faz de todos os seus membros um só coração e uma só alma".

No tempo em que viveu em Rodeio, junto ao trabalho em favor da Congregação das Catequistas, cumpria com as suas obrigações de sacerdote e de educador do noviciado. Do púlpito começou a ensinar os fiéis a viver com Cristo. Os ouvintes se entusiasmavam ao sentir que individualmente ele dava exemplo, do que pregava. Dividia o trabalho no noviciado com assistência aos colonos da região. Nas suas peregrinações pelas "tifas" do interior, não era apenas o padre. Desempenhava os mais diferentes papéis, ora como o conselheiro e advogado, decidindo direitos e solucionando questões entre famílias e entre vizinhos. As vezes medicava e orientava o tratamento aos enfermos.

O nome de Frei Bruno Linden foi ganhando respeito e veneração. Das cidades vizinhas os fiéis acorriam a Rodeio para ouvir sua palavra e receber sua bênção. Seus sermões eram cada vez mais frequentados. Sua fama foi se espalhando bem além de Rodeio e do vale do Itajaí. Desta época em diante passaram a atribuir-lhe o dom de realizar milagres. Versões, correm até hoje, de que ele se fazia presente na mesma hora, em localidades separadas por horas de viagem, para atender enfermos ou ministrar sacramentos.

Em 1945 Frei Bruno foi para o oeste do Estado, Esteve na paróquia de Esteves Junior, distrito do atual município de Ipira, então pertencente a Campos Novos. Meses depois foi para a paróquia de Xaxim onde prosseguiu no seu apostolado junto às áreas de colonização. Percorria a pé os mais longínquos caminhos para prestar auxílio aos necessitados.

Com a idade de 80 anos, já não tinha mais forças para celebrar a Santa Missa. Recolheu-se à casa dos franciscanos em Joaçaba, onde diariamente atendia dezenas de pessoas que iam pedir-lhe a bênção e buscar cura para as suas enfermidades.

Na noite de 23 de fevereiro de 1959, Frei Bruno faleceu na cidade de Joaçaba. Dos atos materiais que praticou, a História conserva a realidade. Dos atos espirituais a ele atribuídos é difícil distinguir entre a verdade e a imaginação popular. Por tudo que realizou, seu nome permanece lembrado pelos que o conheceram. Em Rodeio uma avenida leva o seu nome. Em Xaxim, na praça principal, foi erguido o seu busto num testemunho da veneração popular para com a figura deste franciscano de quem já se cogitou a beatificação.

(J.M.)